

02 MAI 1998

PLANEJAMENTO E CRISE

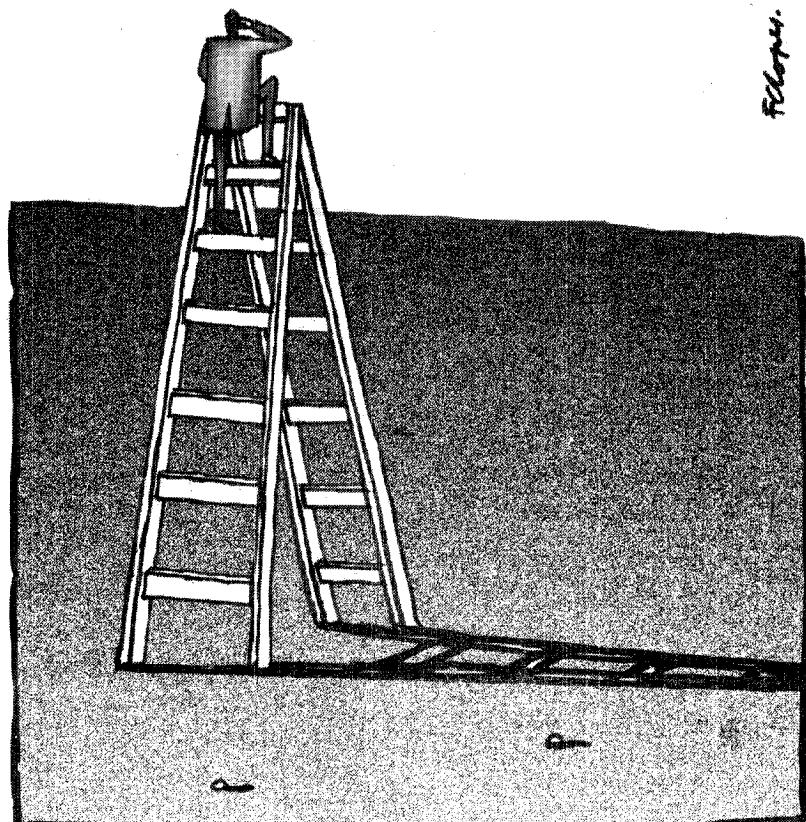
Josaphat Marinho

P. 19

Por algumas vezes, da tribuna do Senado ou nesta coluna, reclamamos da falta de planejamento das atividades administrativas. Salientamos a impropriedade de ação do Estado, embora a Constituição recomende, em mais de um artigo, a elaboração de planos nacionais, regionais e setoriais. Assim preconiza a Lei Maior para que se discipline o trabalho público, os recursos financeiros sejam melhor aplicados e a população atendida segundo suas necessidades reais. A experiência, mais que a teoria, demonstra a vantagem dos serviços e obras realizados por critérios objetivos e firmes, e não por decisões pessoais, variáveis ao sabor de vontades e circunstâncias. As prioridades estudadas e bem estabelecidas produzem efeitos mais amplos e benéficos para o povo. Além de resultados materiais, são educativas e previnem ou orientam quanto ao que deve ser feito no futuro.

Os governos, porém, geralmente, repelem os planos. Não querem ficar vinculados a procedimentos pré-traçados, que definem diretrizes e dimensionam fins, tendo em conta a sorte da população e não de grupos privilegiados, ou isolados. Em verdade, depois de 1946, somente o Plano Salte — Saúde, Alimentação, Transporte e Energia — se converteu em lei, no governo do presidente Dutra. Mas não foi regularmente executado. Não produziu, portanto, os efeitos esperados. Restou como exemplo de que é possível na democracia, no regime de partidos múltiplos, preparar planos com objetivos diversos, entre si concordantes ou coordenados, à luz do interesse social amplo.

Em dias recentes, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em oportuno editorial, fixou a falta de planos na administração brasileira. Apontando a



conveniência de fazê-los, observou, com isenção, que "hoje não há mais desculpas para o primitivismo de se governar sem um plano e quase por reflexo condicionado". Daí ter louvado a iniciativa do governo federal de contratar organização especializada para o preparo de plano destinado a regular a ação administrativa do próximo presidente, na expectativa, decerto, da reeleição pleiteada. A observação geral é correta, pois os complexos problemas a cargo do Estado, na sociedade contemporânea, uns de natureza material, outros de ordem cultural, não são compatíveis com decisões arbitrárias e de ocasião. Exigem soluções ordenadas, que pressupõem comparação de dados econômicos, esta-

tísticos e sociais, para obtenção de resultados justos e proporcionais aos gastos feitos.

A falha da inexistência de planejamento retrata-se, agora mesmo, nos setores mais críticos da sociedade e do Estado. Todas as publicações revelam o crescimento do desemprego. Só em São Paulo, segundo largamente noticiado, há cerca de 1 milhão e meio de desempregados, correspondendo à taxa alarmante de 18%. Enquanto isso, o ministro do Trabalho não considera grave o problema, o que reflete, pelo menos, desconhecimento da situação no seu aspecto real, visto que a imprensa acentua ser o maior desemprego nos últimos cinco anos. Há um descompasso entre a reali-

dade sentida e comentada e a presunção refletida pelo governo.

A questão da seca no Nordeste é igualmente expressiva da falta de planejamento e de previsão do governo. Surpreendentemente, o secretário de Políticas Regionais, que acaba de deixar o cargo, "afirma que o governo não tomou medidas antecipadas contra a estiagem para não causar pânico no Nordeste", e acrescenta que não vê solução aplicável à questão. Ora, se não foram adotadas "medidas antecipadas" é porque não há qualquer planificação no setor. Tal procedimento, porém, é inadmissível, pois se trata de problema antigo e perfeitamente previsível, a que se aplicam, hoje, conhecimentos e tecnologia de largo alcance. Demais, os órgãos de governo que trabalham na região têm extensa experiência no trato do assunto, que lhes permite prever providências, pelo menos atenuantes dos efeitos da estiagem prolongada. Afigura-se censurável a repetição das velhas práticas de "grupos de trabalho", que são meramente de emergência e abrem oportunidade a irregularidades conhecidas. Problema de tamanha gravidade e persistência, na região mais pobre do país, já era para estar equacionado, com seriedade, à vista do futuro, e não continuar exposto a medidas rotineiras, destituídas de conteúdo programático e de justiça social.

Portanto, problemas graves como o do desemprego e o da seca, tanto quanto o da saúde e outros, reclamam planejamento, para que possam ser articulados e adotadas soluções racionais e de efeito duradouro. Atos de rotina e planos previstos com fins políticos não condizem com o sofrimento coletivo, em dimensão de crise, como no presente.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia